

ESPAANHÓIS NA UNIVERSIDADE PORTUGUESA NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA¹

Marisa Costa

Universidade de Lisboa

Desde logo, o tema desta comunicação², escolhido a pensar no evento em que consiste a *X Semana de Estudios Medievales de Nájera*, não se apresenta de fácil abordagem. Por um lado, a documentação medieval relativa à Universidade portuguesa é consideravelmente escassa, problema que não é exclusivo do nosso país³, mas nem por isso menos grave, ou de simples resolução, e que não o minimiza ou anula. E ainda que haja, pelo menos, um *corpus* documental de base para a investigação sobre os primeiros tempos de existência da mais antiga instituição de ensino universitário em Portugal (o mesmo *corpus* que, inevitavelmente, consti-

1. Parte deste trabalho resultou de um projecto inicial de dissertação de mestrado em História Medieval, entretanto inviabilizado, para o qual me foi concedida uma bolsa de estudos pela então Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), entre 1995 e 1997.

2. Os meus mais sinceros agradecimentos ao Professor Doutor Francisco-Javier García Turza (pelo seu muito amável convite para participar neste importante Encontro) e ao Dr. Tomás Sáenz de Haro, por ambos, de formas diferentes, terem proporcionado a concretização desta comunicação.

3. Como caso bem próximo da realidade portuguesa, aponta-se a situação relativa à história do Estudo Geral de Lérida, na Catalunha. A título de exemplo, semelhantes dificuldades foram anotadas por Horacio Santiago-Otero, *La cultura en la edad media hispana (1100-1470)*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 93.

tui o suporte deste trabalho), a verdade é que temos muito poucos historiadores a dedicarem-se a essa temática.

Assim, a reduzida actividade investigadora em marcha e a falta de mais estudos verdadeiramente inéditos, publicados em território nacional, pelo menos, constituem um segundo factor de dificuldades, e não apenas para um principiante, como eu, no momento de empreender um trabalho no âmbito da história medieval da Universidade portuguesa⁴. A favorável evolução, embora lenta, que os estudos medievais têm vivido entre nós não tem, lamentavelmente, contemplado o melhor conhecimento e desejável aprofundamento do conjunto das matérias relativas à história quer da vida universitária quer do ensino propriamente dito, em Portugal.

Por outro lado, dentro do pequeno grupo de historiadores e investigadores portugueses que se consagraram e têm consagrado ao tema mais específico da instituição em apreço, verifica-se uma certa tendência para tratar questões ligadas a uma história externa, digamos assim, da Universidade portuguesa durante a Idade Média, ficando à margem da sua atenção aspectos relacionados, por exemplo, com a sua organização e o seu funcionamento. Com efeito, os protagonistas dessa vertente investigadora, da qual constam relevantes nomes como os de Luís de Matos, Joaquim Veríssimo Serrão, António Domingues da Sousa Costa e Armando de Jesus Marques⁵, entre outros mais recentes, têm contribuído de maneira significativa para o conhecimento de um aspecto mais concreto da história externa da cultura erudita portuguesa, a saber, o movimento de emigração universitária ocorrido em Portugal desde, pelo menos, o século XII.

Um movimento caracterizado por ritmos quantitativamente variáveis ao longo das centúrias medievais, segundo a importância das diferentes universidades estrangeiras escolhidas como destino, seja Paris, Bolonha, Salamanca, Oxford, etc., e de acordo com o prestígio dos seus cursos e especializações. De facto, e como tem

4. Atente-se no que, sobre este assunto, comenta, ainda que num tom optimista, António Resende de Oliveira, "A mobilidade dos universitários", *História da Universidade em Portugal*, I Vol., Tomo I (1290-1536), s.l., Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, [1998], p. 340.

5. Para as diferentes contribuições de cada um dos historiadores mencionados, veja-se o apêndice bibliográfico constante neste volume de actas, onde se inclui também uma série de referências a outros importantes estudos para a temática.

sido divulgado, houve um grande número de Portugueses, sobretudo clérigos, naturalmente, que procuraram as mais prestigiosas instituições universitárias para realizar os seus estudos ou completá-los, aprofundá-los, praticá-los e, posteriormente, transmiti-los já no seu reino, após o regresso à terra ou cidade natal.

De igual modo, verificou-se uma presença estrangeira no contexto das actividades de carácter universitário em território nacional logo desde o princípio. Contudo, este outro aspecto de uma história externa, ou das relações exteriores, da Universidade portuguesa no quadro cronológico delimitado ainda menos atenção tem merecido por parte dos historiadores e investigadores. Se é conhecida, por exemplo, uma influência directa predominantemente francesa, inevitável, nos primeiros tempos da vida cultural portuguesa, assim como uma influência directa italiana, igualmente inevitável, a partir de meados do século XV, quase nada sabemos de uma presença espanhola, e plausível influência, na nossa Universidade ao longo do convencional período medieval.

Independentemente de tal discrepância, certo é que a intensidade da efectivação dessas movimentações relativas aos Estrangeiros e à história medieva do então Estudo Geral português foi condicionada pelas diversas etapas do fenómeno universitário em geral, bem como pela própria evolução da cultura peninsular e, inclusive, europeia. Do mesmo modo, foi condicionada pela situação interna de Portugal, nos seus diferentes vectores político, económico, social e mental, assim como, e naturalmente, pelas respectivas manifestações culturais, nas quais se integra a fundação de uma instituição universitária no reino.

Sem querer perder-me pela história medieval da Universidade portuguesa (mesmo porque não é ela o propósito desta comunicação), terei, logicamente, de salientar alguns dos seus momentos mais importantes, bem como certas características da sua existência, em especial na época tardo-medieva. E refiro-me à época concreta de finais da Idade Média não por uma questão de preferência ou gosto pessoal, ou por qualquer outra opção. Na verdade, a sua eleição como balizas cronológicas desta comunicação prende-se com o facto de, ao compulsar o mencionado *corpus* documental existente, ter encontrado elementos palpáveis apenas a partir do século XV, nomeadamente desde meados dessa centúria até princípios da seguinte. O que quer dizer que os dados a serem aqui apresentados reportam-se, sobretudo, aos reinados de D. João II (1481-1495) e de D. Manuel I (1495-1521),

considerado este último, sob alguns pontos de vista, como seja o da actividade universitária, ainda dentro da designada história medieval de Portugal.

Desse modo, a partir de elementos existentes no *Chartularium Universitatis Portugalensis*⁶ e nos primeiros volumes do *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*⁷, ambas as obras da autoria do mentor do projecto que deu forma a este imprescindível *corpus* documental – Artur Moreira de Sá⁸ —, é minha intenção, com este trabalho, destacar uma presença espanhola na Universidade portuguesa, revelar a identidade e a origem dos personagens de que se encontrou registo, determinar uma cronologia possível, assim como a duração da estadia e as motivações de uma deslocação a Portugal. Mais dificilmente, esboçar as razões desse movimento imigratório e inseri-las, mesmo que em termos conjunturais, nas características da época, ou épocas, em que se concretizou. Melhor dizendo, das épocas das quais possuímos dados mais incisivos sobre a sua concretização.

1. O ESTUDO GERAL DE LISBOA-COIMBRA

A Universidade portuguesa foi criada nas últimas décadas do século XIII, tendo a sua fundação sido aprovada por bula papal de 9 de Agosto de 1290, depois de Nicolau IV ter recebido uma petição de alguns prelados do reino, datada de 12

6. *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, Vols. I-IX, colação e publicação de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966-1985; Vols. X-XI, coordenação de Francisco da Gama Caeiro, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1991-1993; Vol. XII, coordenação de António Domingues de Sousa Costa, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. A partir daqui é referido como *CUP*, seguindo-se o respectivo volume.

7. *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, Vols. I-II, colação e publicação de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973-1975. A partir daqui é referido como *ACUP*, seguindo-se o respectivo volume.

8. Um projecto, pensado ainda na década de 40 e que começaria a ver a luz do dia a partir de 1966, concebido no sentido de colmatar a falta, grave, de um cartulário que permitisse a constituição de uma rigorosa história da Universidade portuguesa, conforme se pode ler em Artur Moreira de Sá, “Introdução”, *CUP*, I, pp. XII-XIII. Para questões ligadas à pesquisa documental empreendida, com vista à organização da obra, bem como a critérios metodológicos a ela inerentes, veja-se *Ibidem*, pp. XVI-XIX.

de Novembro de 1288⁹. A cidade escolhida para a sua implantação foi, sem dúvida, Lisboa, naquele tempo já a capital¹⁰. Um dos objectivos fixados pelos responsáveis do documento de 1288 consistia no desejo de proporcionar uma melhor formação intelectual aos Portugueses que não tinham possibilidades económicas para estudar nas famosas, e longínquas, universidades estrangeiras¹¹.

Com a sua criação, o Estudo Geral português converter-se-ia numa das primeiras universidades fundadas por soberanos, depois da pioneira iniciativa de Frederico II, que havia criado em 1224 um centro universitário em Nápoles¹². Recebeu de D. Dinis (1279-1325) uma considerável quantidade de privilégios, que outros reis ratificariam e aumentariam, como os relacionados com o seu financiamento, sempre de acordo, naturalmente, com os interesses da coroa¹³. Desse modo, o sustento material teria a protecção do monarca, ainda que sendo da responsabilidade da Igreja, ambos os poderes colaborando entre si e, ao mesmo tempo, principais interessados no êxito do seu empreendimento.

9. Sobre as origens da Universidade, consulte-se qualquer dos estudos a ela respeitantes, ora da autoria de Luís de Albuquerque, Francisco da Gama Caeiro, Rómulo de Carvalho, Manuel Augusto Rodrigues, Artur Moreira de Sá ou Joaquim Veríssimo Serrão, referidos todos na bibliografia final deste volume.

10. Conforme foi registado no pedido dirigido ao Papa Nicolau IV: “(...) praticamos tudo, & muito mais ao Excellentissimo Dom Dinis nosso Rey, & senhor, rogando-lhe encarecidamente, se dignasse de fazer, & ordenar hum geral estudo na sua nobilissima Cidade de Lisboa, para serviço de Deus (...)” (*CUP*, I, Doc. 3, p. 9).

11. “(...) consideramos ser mui conueniente aos Reynos sobreditos, & a seus moradores, ter hum estudo geral de sciencias, por vermos que á falta delle, muitos desejosos de estudar, & entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despesas, & descomodos dos caminhos largos, & ainda dos perigos da vida, não ouzão, & temem ir estudar a outras partes remotas, receando estas incomodidades, de que resulta apartarse de seu bom proposito, & ficar no estado secular contra vontade.” (*CUP*, I, Doc. 3, pp. 8-9).

12. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *História da Universidade em Portugal*, p. 11. A iniciativa régia patente na criação de certos centros universitários constitui, mesmo, uma das principais características dos Estudos Gerais fundados em território hispânico durante a Idade Média, conforme refere Horacio Santiago-Otero, *Ob. cit.*, p. 92.

13. Sobre esta questão dos privilégios, consulte-se os textos introdutórios de Artur Moreira de Sá nos diversos volumes do *CUP*. Para uma visão de conjunto, veja-se o mais recente trabalho sobre o assunto, da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho, “Condições materiais de funcionamento. As finanças”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 39-67.

Contudo, por diversas ocasiões, a sua localização sofreria alterações, quase sempre por decisão régia, embora por diferentes motivos¹⁴. Entre Lisboa e Coimbra¹⁵, de antigas tradições culturais e situada na região centro do reino, as frequentes deslocações entre as duas cidades eram um sinal claro de dificuldades no funcionamento do centro universitário. Essas dificuldades internas, sentidas de forma mais intensa durante os primeiros cem anos da sua existência, e constituindo uma primeira etapa da história da Universidade (que incluiria praticamente todo o século XIV)¹⁶, não poderiam garantir a estabilidade e o eventual prestígio daí decorrente necessários para uma melhor qualidade do ensino, para o crescimento e a consolidação da instituição, para a atracção de estudantes de diferentes regiões portuguesas ou de outros reinos, para reduzir ou evitar o número do já aludido movimento emigratório.

Pouco mais há de informações seguras respeitantes a estes primeiros tempos da actividade do Estudo Geral português. Na verdade, as origens e as décadas iniciais da vida universitária estão, em certa medida, hipoteticamente conhecidas, tendo a sua história que ser apresentada em termos conjunturais, uma vez que o reduzido número de estudos sobre, por exemplo, o funcionamento interno e a vivência da Universidade baseia-se em suposições, analogias e ilações para a aventar e

14. Em virtude de tais transferências, verificadas num total de cinco, H. Denifle chegaria até a considerar a Universidade portuguesa como um caso único de itinerância no panorama universitário medieval, como anota Joaquim Veríssimo Serrão, *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1983, p. 59, que acrescentaria ainda: “A característica instável que a nossa Universidade apresenta no curto prazo de 90 anos surge como única na história das universidades europeias”. Sobre os motivos dessa instabilidade, veja-se, entre outros, A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Nova História de Portugal*, Vol. IV, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 408-410; e José Mattoso, “A universidade e a sociedade”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 305-309.

15. Lisboa, 1288/90-1308; Coimbra, 1308-1338; Lisboa, 1338-1354; Coimbra, 1354-1377; Lisboa, a partir de 1377, vigorando esta decisão durante os reinados subsequentes e permanecendo a Universidade na capital até ao reinado de D. João III, mais concretamente até 1537, data da nova ordem de transferência para Coimbra. A documentação relativa a todo esse processo pode ser consultada nos diversos volumes do *CUP*, cujos textos introdutórios poderão completar as informações aqui prestadas.

16. Uma etapa, ou fase, em que, e como se infere, predominaria a mobilidade da instituição. Veja-se Artur Moreira de Sá, “Introdução”, *Ob. cit.*, I, pp. XI-XII.

narrar¹⁷. Da mesma maneira, assim se tem procedido na tentativa de definição das razões para o longo período de instabilidade, não apenas geográfica mas também material e de efeitos profundamente negativos¹⁸. Infelizmente, as causas desse recurso a hipóteses subjazem na dificuldade de interrogar os documentos coevos, porque há muito poucos e porque os poucos que há são muito lacunares em relação a respostas válidas¹⁹.

Com a falta de suficientes elementos documentais que possam esclarecer uma pressentida existência pouco prestigiosa da Universidade portuguesa durante os seus primeiros séculos de vida, os variados historiadores têm tentado justificá-la desde diferentes perspectivas. Uma das mais recentes e, na minha opinião, mais pertinentes propostas pertence a José Mattoso, o qual procurou, com todo o sentido, integrar a criação e a actividade universitária medieval nacional dentro do contexto peninsular e europeu coetâneo²⁰. Assim, considera que a fundação do Estudo Geral português se insere numa nova fase da história das universidades, uma fase de estabilidade da instituição universitária em geral, já não beneficiando, então, do movimento criador e inovador que caracterizaria a primeira fase, na qual as mais célebres universidades europeias tinham nascido. “A decisão de o criar, tomada pelos prelados portugueses calorosamente apoiados por D. Dinis, surge exactamente no fim do período inovador, como a última das universidades europeias que de alguma maneira nele se podem incluir (...)”²¹. A última das universidades europeias e a penúltima das universidades peninsulares fundada numa primeira fase.

17. Tal como refere António Resende de Oliveira, “Os primórdios da Universidade”, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV, Nova História de Portugal*, Vol. III, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 652. Um exemplo claro constitui o estudo de Maria Teresa Nobre Velloso, “O quotidiano da academia”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 129-151.

18. Assim se verifica, entre outros casos, no estudo de José Mattoso, “A universidade e a sociedade”, *Ob. cit.*, pp. 303-335.

19. Essas lacunas documentais, de número e de conteúdo, quer principalmente para o século XIV quer para diferentes momentos do século XV, são focadas, por diversas vezes, por Artur Moreira de Sá, nos seus textos introdutórios dos vários volumes do *CUP*.

20. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ob. cit.*, pp. 3-29, complementando-se com o seu outro contributo na mesma obra colectiva e já aqui mencionado, “A universidade e a sociedade”, *Ibidem*, pp. 303-335. Aliás, essa obra consiste no mais recente trabalho dedicado à Universidade portuguesa.

21. Idem, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ibidem*, p. 9. Nesta citação,

Por outro lado, o quadro europeu do ensino universitário durante os séculos XIV e XV explica a evidente esterilidade, relativamente a conteúdos intelectuais, do Estudo Geral português, que se veria prejudicado pela sua localização periférica. Segundo José Mattoso, o ambiente intelectual nas restantes universidades também não era propício à criatividade do pensamento. Pela documentação conservada, pode-se afirmar não ter existido, por exemplo, uma grande produção teológica ou filosófica de autoria portuguesa, questão intimamente vinculada a razões, ainda por averiguar, de uma debilidade doutrinal na Península e, inclusive, fora dela²². Um clima, pois, altamente desfavorável para a reflexão e o desenvolvimento doutrinal durante este período, tal como a própria situação da sociedade medieval, vivendo uma época, prolongada, de crise, com numerosas agitações sociais, guerras e pestes. Um “ambiente de inquietação e angústia dificilmente compatível com a criação intelectual e até com a simples regularidade dos estudos”²³.

Apesar de tudo, essas condições adversas não impediriam na totalidade uma produção intelectual na Península. Como exemplo, Mattoso refere-se à vitalidade do Estudo de Salamanca, numa época em que, no Estudo português, ensinavam mestres praticamente desconhecidos e dos quais não há notícia de produção escrita. Nesse sentido, o medievalista acentua o contraste entre a produção em ambiente universitário europeu ou da actual Espanha e a esterilidade do Estudo Geral português, com a excepção de algum trabalho, ainda que pouco original, nos estudos jurídicos, desde sempre de grande incremento em Portugal²⁴. Não obstante, e apesar

vemos que José Mattoso considera a decisão de criar um Estudo Geral como iniciativa dos eclesiásticos portugueses, conforme expressa a petição de 1288 (veja-se a nota 10 deste trabalho), enquanto que outros autores atribuem-na à acção régia, baseados já em outra documentação, como seja a Crónica de D. Dinis, em cujo capítulo XIX, intitulado “Como elRey D. Denjs ordenou Estudo geral em seu Regno”, podemos ler: “Porem comsyrando eu, como ho Regno não tão somente he afermosemtado por avondanças de mantimentos e gemtes d armas, ajnda cumpre auer em ele pessoas letradas e sabedores, cujdej em mjnha vomtade prouejto comum de meus Regnos em fazer que aja em ele Estudo de todalas çiemçias, poemdo em esto tal diligemçia, que se faça mjlhora e majs homradamente, que ser pude” (*Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Vol. II, edição crítica de Carlos da Silva Tarouca, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952, pp. 61-62).

22. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ob. cit.*, p. 15.

23. Idem, *Ibidem*, p. 16.

24. Idem, *Ibidem*, pp. 17-18. Para a questão relacionada com os estudos jurídicos na Idade Média portuguesa, será de utilidade a consulta dos trabalhos de Isaías da Rosa Pereira, Antonio García y García e, principalmente, Mário Júlio de Almeida Costa, referidos na bibliografia final deste volume.

de o Direito ter sido, por certo, a disciplina mais cultivada na Universidade portuguesa, os seus professores jamais alcançariam competência suficiente, ou de reconhecido nível, para rivalizar com os mestres de Salamanca ou de Bolonha. Os próprios monarcas recorreriam a especialistas italianos para as questões jurídicas mais importantes²⁵. Dessa forma, José Mattoso afirma não podermos surpreender-nos com o facto de a debilidade da Universidade portuguesa ter sido ainda maior e mais sentida em outras disciplinas. Uma inferioridade manifestada e, até, comprovada pelo grande número de estudantes portugueses, sobretudo aqueles que depois iriam desempenhar um significativo papel intelectual, político ou eclesiástico no reino, que frequentaram preferentemente universidades estrangeiras como Bolonha, Oxford, Montpellier, Toulouse, Salamanca e Paris²⁶. E esta seria, então, uma das explicações para o facto de o movimento emigratório universitário português ter-se mantido e, inclusive, aumentado após a criação de um Estudo Geral no reino.

De qualquer maneira, pode-se falar de melhorias no contexto da Universidade portuguesa durante o século XV, período entendido como uma segunda etapa da sua história e caracterizado já por uma estabilidade geográfica da instituição²⁷. Se sabemos que a situação se modificou, sobretudo a partir da segunda metade dessa centúria, é porque sobreviveu um maior número de documentação, mais rica em informação, consequência, na realidade, dessa nova fase da sua existência, igualmente caracterizada por uma crescente centralização e inerente controlo do poder régio, mas que, apesar dos seus efeitos menos positivos, permitiria razoáveis progressos. Assim sendo, a criação do novo cargo de protector ou governador do Estudo em 1400, pelo rei D. João I²⁸ (1385-1433), contribuiria para o desenvolvimento da acção docente universitária. E desde, pelo menos, 1431 até 1460, tal

25. Sobre a importância do Direito no ensino ministrado no Estudo Geral de Lisboa-Coimbra, leia-se o mais recente estudo publicado sobre a disciplina, de Mário Júlio de Almeida Costa, "O Direito (Cânones e Leis)", *História da Universidade em Portugal*, pp. 271-283. Igualmente esclarecedora poderá ser a consulta da tese de doutoramento de José Antunes e das obras de Nuno Espinosa Gomes da Silva, cujas referências se podem obter na bibliografia final deste volume.

26. Em José Mattoso, "A universidade portuguesa e as universidades europeias", *Ob. cit.*, p. 22.

27. Segundo Artur Moreira de Sá, "Introdução", *Ob. cit.*, I, pp. XI-XII; II, p. VII.

28. A problemática historiográfica relacionada com a criação deste cargo foi enunciada por Idem, *Ibidem*, IV, pp. X-XI. A generalidade das obras dedicadas à história medieval da Universidade portuguesa facultam informações sobre esse assunto.

cargo seria ocupado pelo Infante D. Henrique²⁹, um dos filhos do monarca, quem proporcionaria o ensino seguro da Teologia³⁰ e das Artes como a Retórica, para além da criação de novas disciplinas como a Aritmética, a Geometria e a Astrologia³¹. Ao mesmo tempo, obteria novas instalações para a Universidade, tendo criado um bairro de estudantes na capital³², onde o Estudo Geral iria permanecer cerca de cento e sessenta anos (de 1377 a 1537, conforme referido).

Além de uma maior riqueza documental, o melhor conhecimento da história quatrocentista do Estudo Geral de Lisboa-Coimbra é também consequência de um mais amplo interesse historiográfico por este período da sua existência, já que ele coincide com os grandes eventos que constituíram as viagens dos Descobrimentos e a expansão marítima portuguesa. Toda uma época tida como gloriosa, protagonizada pela “Ínclita Geração” em que consistiria a dinastia de Avis, iniciada oficialmente em 1385 (após uma revolução que durara dois anos) com D. João I e terminada com a morte do rei D. Sebastião, quase dois séculos depois, e o começo de uma nova crise nacional, em 1580. Contudo, se é a época da história medieval de Portugal mais estudada e, por isso, melhor trabalhada, falta ainda muito para que a redacção da história da sua Universidade atinja o mesmo nível de conhecimentos.

Infelizmente, ao contrário do que se assistiria em outras universidades e centros de ensino que iam surgindo e crescendo por toda a Europa, o Estudo Geral português subsistia com precariedade sob a forte pressão do poder central, embora

29. O ano de 1431 corresponde à data mais antiga referindo indirectamente o Infante como titular do cargo (CUP, IV, Doc. 956, pp. 28-30). D. Henrique morreria em 1460. Em documento de 1436, aparece designado como “protector dos estudos de portugal” (CUP, IV, Doc. 1068, p. 147) e, em documento de 1441, como “governador da dicta vniuersidade” (CUP, IV, Doc. 1234, p. 309). Sobre o assunto, veja-se Artur Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

30. A respeito do ensino da Teologia em Portugal, temática que tem suscitado alguma controvérsia entre os medievalistas nacionais, consulte-se o estudo de José Antunes, “A Teologia”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 237-269, assim como os trabalhos, registados na bibliografia final deste volume, de Francisco da Gama Caeiro, Fernando Félix Lopes e Francisco Leite de Faria.

31. Para mais informações, Maria Cândida Monteiro Pacheco, “*Trivium e Quadrivium*”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 155-177.

32. O mais recente estudo sobre esta questão pertence a Pedro Dias, “Condições materiais de funcionamento. Espaços escolares”, *Ibidem*, pp. 33-38.

já não sofresse dos graves problemas decorrentes da instabilidade provocada pela anterior mobilidade geográfica (o rei D. João I havia declarado a sua fixação, a partir de então considerada perpétua, em Lisboa, em Outubro de 1384³³). Na primeira metade do século XV, era visível na consciência de alguns intelectuais contemporâneos que a Universidade portuguesa, entre outros prejuízos, não oferecia qualidade nos graus que atribuíra³⁴, induzindo os estudantes a continuarem a ausentar-se do reino e a procurar concluir ou, mesmo, efectuar a sua formação em outras instituições universitárias³⁵. De acordo com José Mattoso, e como forma de justificação para a incontornável e progressiva dependência régia então vivida, a Universidade “parecia ter-se transformado numa empresa da corte que nela formava, a suas expensas, o grosso dos funcionários de que necessitaria no futuro”³⁶. Um “centralismo cultural” responsável pela “anemia de uma instituição”, nas expressões de Resende de Oliveira³⁷, que prejudicava o desenvolvimento e o nível do Estudo Geral, mas que servia muito bem os interesses nacionais. Por conseguinte, “a Universidade portuguesa, por comparação com as mais conhecidas da Europa (...) dificilmente conseguia ultrapassar uma debilidade congénita”³⁸.

Em meados de Quatrocentos, a política cultural da corte portuguesa, mais direccionada para França³⁹, com a criação de incentivos intelectuais sob a forma de

33. “(...) E queremos E outorgamos seer perpetuado e que stee perpetuamente o dito studo em a dicta cidade de lixboa E nom se mude della pera a dita çidade de cojmbra nem pera outro nenhuu lugar dos ditos Regnos deste dia pera todo o sempre (...)” (*CUP*, II, Doc. 377, p. 118).

34. Uma dessas figuras da cultura de então, o Infante D. Pedro, irmão do rei D. Duarte (1433-1438) e futuro regente do reino (entre 1438 e 1448) escreveria uma extensa carta ao monarca, expedida de Bruges, anterior a 1426, sugerindo uma reforma do Estudo Geral de Lisboa, para além de outras propostas de modernização do ensino universitário em Portugal (*CUP*, III, Doc. 856, pp. 311-319). D. Pedro chegaria, mesmo, enquanto regente, a fundar um outro Estudo Geral em Coimbra. Sobre este pouco conhecido assunto, leia-se, entre outras obras de âmbito mais geral, o artigo de Manuel Augusto Rodrigues, “O Infante D. Pedro e a Universidade”, *Biblos*, N.º 69, Coimbra, 1993, pp. 345-362.

35. Segundo a leitura, aqui já menos optimista, de António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários”, *Ob. cit.*, p. 349.

36. Citado por Idem, *Ibidem*.

37. Idem, *Ibidem*.

38. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ibidem*, p. 29.

39. Como se pode perscrutar em Joaquim Veríssimo Serrão, *Relações históricas entre Portugal e França (1430-1481)*, Paris, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

tenças e bolsas para estudar sobretudo em Paris⁴⁰, acentuaria, na opinião de Resende de Oliveira, o desfazamento existente entre a Universidade de Lisboa e as necessidades a que tinha de dar resposta, reforçando assim a urgência de uma reforma da instituição⁴¹. Com efeito, nos últimos decénios do século XV, sentia-se a premência de uma profunda reestruturação, como a que havia vivido já o Estudo de Salamanca. E com a concretização de tão necessitada reforma, no segundo quartel do século seguinte, em pleno reinado de D. João III (1521-1557), a Universidade portuguesa, depois de um natural processo de assimilação do Humanismo italiano⁴², viveria uma nova fase de influência francesa, em concreto da Universidade de Paris, e com ela uma terceira etapa, mais animadora, da sua história.

2. A PRESENÇA DE MESTRES E ESCOLARES ESTRANGEIROS

Desde sempre, ainda antes de Portugal existir como nação, se verificou a presença de Estrangeiros no território a ele correspondente, facto que contribuiria sobremaneira para a evolução da cultura nacional⁴³. Existem referências documentais, sobretudo a clérigos franceses, para a época do primeiro rei, D. Afonso Henriques, durante o século XII⁴⁴. Sabe-se que, em 1216 e, dez anos depois, em

40. Veja-se Artur Moreira de Sá, “Introdução”, *Ob. cit.*, V, pp. VII-IX; VI, pp. VII-IX. Sobre o assunto dos incentivos financeiros instituídos pelos monarcas, será útil consultar o estudo de José Marques, “Os corpos académicos e os servidores”, *História da Universidade em Portugal*, pp. 92-102, assim como o artigo de Humberto Baquero Moreno, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista de Ciências do Homem*, Série A, Vol. III, Lourenço Marques, 1970, pp. 177-205.

41. António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários”, *Ob. cit.*, pp. 350-352.

42. À influência do Humanismo italiano, José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ibidem*, dedica algumas páginas, mas poderá resultar mais proveitosa a consulta do estudo de José Vitorino de Pina Martins, “O Humanismo (1487-1537)”, *Ibidem*, pp. 179-236.

43. Para uma visão geral do assunto, propõe-se, entre outros estudos, José Mattoso, “Monges e clérigos portadores da cultura francesa em Portugal (séculos XI e XII)”, *Portugal medieval, Novas interpretações*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 365-387. Outra proposta de leitura, Idem, “A cultura monástica em Portugal (875-1200)”, *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 355-393.

44. Em António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários”, *Ob. cit.*, p. 354. E, ainda, com referências anteriores, Artur Moreira de Sá, “Primórdios da cultura portuguesa (II)”,

1226, um “*magister parisius*” movia-se pelo meio instruído de Coimbra, aparecendo como testemunha em documentação pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz, nessa cidade⁴⁵. Bastante mais tarde, já no século XIV, há constância directa a estadias em Portugal de eclesiásticos da mesma nacionalidade, com formação universitária, cuja intervenção no ensino de algumas disciplinas no Estudo Geral de Lisboa-Coimbra estará relacionada com o período do Papado de Avinhão⁴⁶.

Sabemos, também, que se empreenderam algumas iniciativas régias no sentido de atrair Estrangeiros para a Universidade portuguesa, promovendo esta vertente do movimento migratório cultural⁴⁷. O melhor exemplo será, talvez, o do rei D. Fernando I (1367-1383), e a sua decisão de transferir a instituição para Lisboa, em 1377, justificando para isso que “(...) veendo e consirando que se o nosso studo que ora sta na çidade de cojnbra fose mudado na çidade de lixboa que na nossa terra poderia auer mais leterados que aueria se o dito studo na dita çidade de coimbra steuesse por alguus lentes que de outros Regnos mandamos vijñr nom queriam leer se nom na cidade de lixboa. Porem auendo sobresto acordo com os do nosso conselho Mandamos que o dito studo que ora sta na dita çidade de cojnbra seja em a dita çidade de lixboa pella guisa que ante soiya de star”⁴⁸.

Arquivos de História da Cultura Portuguesa, Vol. II, N.º 1, Lisboa, 1968. Este último autor chega mesmo a afirmar ter existido, nessa época, uma política de desenvolvimento cultural muito activa, em Idem, “Les origines de l’Université portugaise et son évolution jusqu’en 1537”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. II, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 13-14.

45. Idem, “Primórdios da cultura portuguesa (II)”, *Ob. cit.*, Docs. 36 e 42, respectivamente.

46. Sobre este tema trabalhou, por exemplo, Pierre David, *Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1944. Para uma ideia geral sobre a presença estrangeira no reino português durante a Idade Média, a consultar Saúl António Gomes, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV, Nova História de Portugal*, pp. 371-381; e A. H. de Oliveira Marques, *Ob. cit.*, pp. 40-46 e, para o assunto em apreço, pp. 227-229.

47. Artur Moreira de Sá, “Les origines de l’Université portugaise et son évolution jusqu’en 1537”, *Ob. cit.*, p. 16, aponta para o reinado de D. João I toda uma série de resoluções que reflectiriam o vivo interesse régio pela actividade universitária nacional, de entre as quais constavam as já referidas medidas de pendor centralizador e outras “engagent des professeurs étrangers”, sem, no entanto, especificar estas últimas.

48. *CUP*, II, Doc. 299, pp. 5-6. Conta a crónica que o monarca apreciava muito a capital, para quem “(...) esta soo çidade era a melhor e mais poderosa de sua terra, e que em ella prinçipalmente estava a perda e defenssom de seu reino (...)” (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Porto, Livraria Civilização Editora, s.d., p. 233).

Quer dizer, na estratégia deste monarca, a transferência não só era considerada como um meio de chamar mestres de fora do reino, mas também uma maneira de tentar reter aqueles que já cá estariam a ensinar. Reflexo, pois, de uma efectiva mobilidade de intelectuais estrangeiros em Portugal. Reflexo, igualmente, de uma segura presença de professores não nacionais. E de uma suposta existência de escolares estrangeiros no Estudo Geral, que, por isso mesmo, não necessitaria tanto ser cativada. É certo que se deduz um maior interesse em aliciar mestres de outras universidades, detentores de melhor formação e reputação, que pudessem, assim, projectar algum prestígio na instituição, sem que se verifique sequer uma tentativa de atrair potenciais estudantes estrangeiros para o centro universitário português.

Como já havia aludido, não se sabe muito mais sobre uma permanência e um incremento da presença de intelectuais de outras nacionalidades, no nosso panorama universitário medieval. Segundo refere Resende de Oliveira, ainda que, por enquanto, não seja possível “conhecer com segurança o seu número e [a sua] acção efectiva nos séculos terminais da Idade Média portuguesa”, ou seja, as centúrias de Trezentos e Quatrocentos, “a documentação deixou alguns indicadores seguros da continuidade dessa presença”⁴⁹. E, para ilustrar tal realidade ainda por investigar, o citado historiador apresenta dois exemplos, por acaso de mestres espanhóis, a serem mencionados mais adiante.

À medida que avançamos para a convencionada Idade Moderna, podemos encontrar referências a eruditos provenientes do actual território italiano, por motivos óbvios. A ser entendido como efeito de um mais activo papel laico na vida cultural do reino, o mecenato da corte portuguesa iria atrair, sobretudo a partir da segunda metade do século XV, homens transmissores das novidades universitárias então vividas em cidades como Florença, Pádua e Siena⁵⁰. E, com isso, operar-se-ia, também em Portugal, uma “maior laicização do quadro pedagógico”⁵¹. Assim, para o período considerado neste trabalho, podemos encontrar referências a Estê-

49. António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários”, *Ob. cit.*, p. 354.

50. Idem, *Ibidem*, pp. 355-356. Para a questão das influências culturais originárias da península itálica no reino português, é fundamental consultar os estudos de Virgínia Rau, referidos no apêndice bibliográfico deste volume.

51. Na expressão de Joaquim Veríssimo Serrão, *História das Universidades*, p. 68, apresentando, naturalmente, outros factores desse fenómeno.

vão de Nápoles, mestre do rei D. Afonso V, em 1450⁵²; ao doutor Cataldo Parísio Sículo, em 1488⁵³; a João de Bolonha, lente deputado, em 1508 e 1510⁵⁴; a Tomé Toscano, conselheiro deputado na Universidade, de 1512 a 1517⁵⁵.

Por outro lado, e mantendo-nos sempre dentro da nossa cronologia, há provas de uma continuada presença francesa, entretanto intensificada, sobretudo no século XVI, através de Luís de França, escolar em Artes que chegaria a bacharel em 1510⁵⁶, referido como lente deputado e lente de Medicina em 1520⁵⁷; de João Fourbet, clérigo da diocese de Cahors, em 1514, 1515, 1516 e 1519⁵⁸; de João Francês, registado como simples lente e, posteriormente, como eleito para a cadeira de Teologia, opoente à cadeira de Lógica, da qual desistiria depois, dando lições de Prima e fazendo exame de Teologia, entre 1516 e 1521⁵⁹; de João Parvi, da Normandia, referido como doutor, em 1520⁶⁰.

Procedentes da Europa do Norte, estiveram entre nós Frei João Alemão (ou frade alemão, ou fradinho alemão), bacharel em Artes e lente de Teologia, de 1510 a 1514⁶¹; Frei João Flamengo, bacharel, opoente à cadeira de Metafísica e deputa-

52. *CUP*, V, Doc. 1547, p. 186.

53. *CUP*, VIII, Doc. 3247, p. 293.

54. *ACUP*, I, Doc. CI, p. 72; Doc. CLXXI, p. 121.

55. *ACUP*, I, Doc. CCCXVI, p. 227; Doc. CCCLXXIX, p. 273; Doc. CDLI, p. 328; Doc. CDLXXVI, p. 345; Doc. CDLXXVII, p. 346; II, Doc. DXXXIV, p. 6; Doc. DLXXXIX, p. 40.

56. *ACUP*, I, Doc. CLXXIII, p. 122; Doc. CXCI, pp. 134-135; Doc. CXCII, p. 135.

57. *ACUP*, II, Doc. DCCXXIII, p. 151; Doc. DCCXXV, p. 153; Doc. DCCXXVIII, p. 155.

58. *CUP*, XI, Doc. 4498, pp. 236-237; Doc. 4622, p. 356; Doc. 4649, pp. 380-381; Doc. 4879, pp. 651-652.

59. *ACUP*, II, Doc. DXXXIV, p. 5; Doc. DLXXII, pp. 26-27; Doc. DLXXXIX, p. 40; Doc. DXCIX, p. 48; Doc. DCI, p. 49; Doc. DCXCII, p. 120; Doc. DCCVIII, p. 136; Doc. DCCIX, p. 137; Doc. DCCXXV, p. 153; Doc. DCCXXXV, p. 161; Doc. DCCXXXVI, pp. 162-163; Doc. DCCXXXIX, p. 166.

60. *CUP*, XI, Doc. 4923, p. 704; Doc. 4947, pp. 731-732; Doc. 4948, p. 732.

61. *ACUP*, I, Doc. CLXVII, p. 118; Doc. CCCLXVIII, p. 267; Doc. CDVI, p. 295; Doc. CDLI, p. 327.

do lente, de 1510 a 1514⁶²; e Frei João de Flandres ou mestre João Flamengo, licenciado, aparecendo como “*magister*”, entre 1519 e 1522⁶³.

Mas, em qualquer dos casos enunciados, continuam por deslindar as suas acções intelectuais entre nós, bem como os seus contributos culturais, se os houve, e todo um conjunto de questões associadas à sua presença e participação na Universidade portuguesa, ou ligação à instituição.

3. ESPANHÓIS NO MEIO UNIVERSITÁRIO PORTUGUÊS

É por demais conhecida, e analisada, a importância do Estudo Geral de Salamanca, o mais destacado centro universitário medieval do Reino de Castela, para muitos Portugueses que alicerçaram o movimento emigratório caracterizador da cultura medieval nacional. Um aspecto muito bem estudado, tanto em Portugal como em Espanha, esse contingente haveria de contribuir para a fama e o prestígio alcançado pela instituição salmantina.

Contudo, o contrário não se verificou. Isto é, não é possível, pelo menos até ao momento, considerar Portugal como um dos principais destinos universitários daqueles Castelhanos que procuraram formação académica ou trabalho intelectual fora do seu reino, em vez de outras universidades mais distantes do que o Estudo Geral de Lisboa-Coimbra, como seja as importantes universidades francesas e italianas frequentadas também por Portugueses. Ainda que o estudo do papel da nossa instituição universitária no contexto da história cultural da actual Espanha tenha, por força, de ser integrado no seu conjunto, basta recordar, por exemplo, o predomínio de Avinhão, e a fixação da corte pontifícia, durante quase todo o século XIV, como pólo centralizador dos estudos universitários em toda a Europa Ocidental. E, indirectamente, beneficiando universidades como as de Montpellier e de Toulouse. Sabemos que essa influência se efectivou entre os mestres e escolares portugueses⁶⁴.

62. *ACUP*, I, Doc. CCII, pp. 145-146; Doc. CCCXCV, p. 288; Doc. CDLI, p. 328.

63. *ACUP*, II, Doc. DCXCIII, p. 121; Doc. DCCIX, p. 137; Doc. DCCXLI, p. 167; Doc. DCCCVIII, p. 235; Doc. DCCCX, p. 236.

64. Para o leitor interessado nesta temática, sugerimos a consulta das referências contidas na resenha bibliográfica deste volume.

Apesar disso, ficaram registados nomes de alguns Espanhóis (dos reinos castelhana e aragões, sobretudo) na reduzida documentação conservada do Estudo Geral português. Mencionou-se já que esses registos estão datados de meados do século XV, em maior número a partir de finais da mesma centúria e princípios da seguinte⁶⁵. Como costuma suceder com grande parte dos documentos medievais, são muito poucas as referências completas ou, pelo menos, satisfatórias para o historiador acerca dos Espanhóis que estiveram, directa ou indirectamente, relacionados com o Estudo de Lisboa (assim designado por a cronologia desses dados coincidir com o período de permanência da instituição universitária na capital – a segunda etapa da sua história, iniciada, como vimos, em 1377, com D. Fernando I).

Embora se possa, e se deva, dividir em dois grupos distintos os elementos rastreados no núcleo documental visado, aqui atender-se-á somente à análise dos dados que apresentam indicadores seguros e inequívocos de uma origem espanhola, assim como de um vínculo, directo ou indirecto, com a Universidade portuguesa⁶⁶. Opção feita em função do tempo previsto para esta comunicação, mas tam-

65. Em congresso realizado há dois anos, Antonio García y García afirmou que as relações académicas entre Coimbra e Salamanca durante a Baixa Idade Média haviam estimulado os contactos entre ambas as universidades, pelo que existem registos relativos à presença de Espanhóis a ensinar em Coimbra e vice-versa, tendo acrescentado tratar-se de uma presença muito intensificada nos séculos XVI e XVII. Porém, este medievalista não só não apresentou elementos específicos que ilustrassem a sua afirmação, como os dados que enumerou ao longo da sua exposição (em cujo título recuavam ao século XII) recaíram, na sua maioria, na centúria de Quatrocentos. Por conseguinte, as informações então prestadas não se afastariam dos resultados a serem aqui anunciados. Confira-se o que disse em Antonio García y García, “Escolares de la diócesis de Guarda y Lamego durante la Baja Edad Media (s. XII-XV)”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das Terras de Riba Côa. Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol (12-17 de Setembro de 1997)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 303-313.

66. Ficará para outra ocasião o tratamento daqueles elementos que permitem apenas apontar ou conjecturar esse tipo de vínculo, seja por insuficiência de dados, seja por dúvidas na interpretação. Podemos, no entanto, avançar com alguns casos, mais sugestivos, passíveis de reforçar uma presença efectiva de Espanhóis no meio universitário português – 1469 (Outubro, 23), Rodrigo Álvares de Aragão, bacharel em Medicina e Leis, a quem, por carta régia, D. Afonso V concede privilégios (*CUP*, VI, Doc. 2291, p. 517); 1492 (Fevereiro, 15), João Sanches Aleman (*Johannes Sancii Aleman*), leigo da diocese de Sevilha, suplica o indulto “para os bispos de Lamego ou de Tânger lhe conferirem” os graus de bacharel, licenciado e doutorado em Direito Canónico, ou em ambos os direitos (*CUP*, IX, Doc. 3446, pp. 56-57); 1506 (Novembro, 7), Frei Francisco de “senabria” fora eleito para a “substitujçam da cadeira de methafisica do studo de lixboa facta per o Rector lentes e conselheiros e scolares e officiaes do dicto studo” (*ACUP*, I, Doc. VII, p. 10); 1509 (Agosto, 11), António de Córdova (*Antonio de Corduba*), clérigo dessa cidade e licenciado

bém por uma questão de prudência⁶⁷. Esclarecido este ponto, vejamos agora os elementos obtidos no âmbito desse agrupamento menos falível:

- 1472 (Fevereiro, 10) — Afonso Galego aparece como testemunha num “es-tormento denprazamento” pertencente ao Mosteiro de Chelas, em Lisboa, sendo referido como estudante no Estudo Geral dessa cidade⁶⁸;
- 1480 (Março, 14) — Frei Afonso de Segóvia (*Alfonsus de Segovia*), franciscano apresentado em “*sacra theologia*” e residente na Universidade de Lisboa, suplica o indulto de algum mestre em Teologia, residente na capital, para lhe conferir o doutoramento nessa disciplina⁶⁹;
- 1487 (Abril, 21) — Fernando Nieto (*Fernandi Nieto*), leigo da diocese de Palência, que, por vários anos, fora estudante de Artes e Filosofia em várias universidades da Península Ibérica, em concreto nas de Lisboa e de Salamanca, e que tinha recebido o grau de bacharel em Artes na de Lisboa, suplica o doutoramento fora dessas mesmas universidades⁷⁰. O Espanhol vol-

em Medicina, suplica sobre o canonicato e prebenda de Coimbra, bem como a Igreja de Escalhão, diocese de Lamego (*CUP*, X, Doc. 4232, p. 423). Nesse mesmo ano (Outubro, 19), referido também como médico e doméstico da rainha de Portugal, e desejando ser doutorado nessa disciplina que havia estudado durante anos, suplica ao papa indulto de a poder exercer depois de ser ordenado sacerdote (*CUP*, X, Doc. 4240, p. 432). Em 1510 (Fevereiro, 7), “*Antonius de Corduba*” continuava a solicitar ao papa o mesmo indulto (*CUP*, X, Doc. 4270, pp. 467-468), mantendo-se como médico e doméstico ao serviço da rainha; 1513 (Fevereiro, 2), António Dias, de Carmona, tomara o grau de bacharel em Artes (*ACUP*, I, Doc. CCCXLI, p. 249); 1514 (Fevereiro, 8), “*Dionjsio de la trinjdát*”, bacharel em Artes, tomara o grau de bacharel em Medicina “nas scolas geraes do studo de lixboa” (*ACUP*, I, Doc. CDXIX, p. 304).

67. Já Artur Moreira de Sá, na elaboração do cartulário, aludia às incertezas de dados concretos para escolares, mestres e doutores nacionais relacionados com o Estudo Geral português, quanto mais para estrangeiros, em “Introdução”, *Ob. cit.*, II, p. X e *Ibidem*, IV, p. VIII.

68. *CUP*, VII, Doc. 2412, p. 81. Anteriormente ao ano de 1472, somente encontrei referências a uma presença actualmente espanhola em 1440 (Setembro, 4): quer João de Olivença quer Pero de Olivença, ambos escolares do Estudo Geral de Lisboa, aparecem como testemunhas em três contratos de arrendamento, documentos relativos igualmente ao Mosteiro de Chelas (*CUP*, IV, Doc. 1215, p. 290; Doc. 1216, p. 290; Doc. 1217, p. 291). Estes elementos não foram incluídos na listagem por saírem consideravelmente dos limites cronológicos definidos. Por outro lado, haveria que ter em conta o facto de, nessa época, a cidade de Olivença pertencer ao território de Portugal, contrariamente à situação actual.

69. *CUP*, VII, Doc. 2829, pp. 508-509.

70. *CUP*, VIII, Doc. 3170, pp. 228-229.

taria a redigir nova súplica ao Papa, datada de 12 de Maio desse ano⁷¹. Com a mesma data de 12 de Maio, aparece-nos uma bula de Inocêncio VIII concedendo indulto ao laico de Palência no sentido de este receber os graus de licenciado e mestre em Artes e Filosofia, com os privilégios das Universidades de Lisboa e de Salamanca, depois de vários anos a estudar as duas disciplinas nessas instituições e depois de ter recebido o grau de bacharel nas duas ciências, já no Estudo de Lisboa⁷²;

- 1493 (Julho, 3) — Frei Jerónimo Carles (*Jeronimus Carles*) do Convento de Valência, frade eremita de Santo Agostinho da província de Aragão, que estudara nas Universidades de Lisboa e de Pisa, entre outras, durante mais de oito anos, suplica, juntamente com outros frades da mesma Ordem, uma promoção ao magistério na Cúria Romana⁷³;
- 1495 — referência, já mencionada, a dois mestres salmantinos que se tinham apresentado a concurso para preenchimento de duas vagas em Direito Civil, na Universidade de Lisboa, e cuja atribuição fora ordenada pelo rei D. João II. Infelizmente, não sabemos nem os seus nomes nem a sua procedência exacta. De igual modo, não sabemos a fonte utilizada por Resende de Oliveira, quem dá essa informação⁷⁴;
- 1497 (Junho, 1) — Francisco de Morales (*Francisci de Morales*), de Sevilha, que fora estudante na “*facultate medicine*” da Universidade de Lisboa durante vários anos, suplica o indulto de receber os graus de bacharel, licenciado e doutorado nessa ciência na dita Universidade, com os mesmos privilégios dos promovidos a graus académicos⁷⁵. Em 1524 (Janeiro, 18), uma carta do rei D. João III, passada pelos desembargadores do paço e petições, autoriza Francisco de Morales a usar armas para sua defesa⁷⁶.

71. CUP, VIII, Doc. 3177, pp. 234-235.

72. CUP, VIII, Doc. 3178, pp. 235-236.

73. CUP, IX, Doc. 3524, pp. 116-117.

74. Veja-se António Resende de Oliveira, “A mobilidade dos universitários”, *Ob. cit.*, p. 354, nota 50.

75. CUP, IX, Doc. 3687, pp. 260-261.

76. CUP, XII, Doc. 5275, pp. 382-383.

- 1507 (Outubro, 30) — referência a um “doctor castelhano” como testemunha de um exame para obtenção do grau de bacharel em Medicina⁷⁷. No primeiro dia de Novembro, apareceria igualmente como testemunha em dois termos da tomada do grau de bacharel em Artes, um a um Gaspar Mendes⁷⁸ e outro a um Mestre Diogo⁷⁹. Já a 8 do mesmo mês, seria testemunha de um exame para obtenção do grau de bacharel em Artes e Medicina⁸⁰;
- 1511 (Maio, 16) — Pero Fernandez, de Córdova, bacharel em Artes e Filosofia e em Medicina pela Universidade de Salamanca, apresenta o seu diploma comprovativo ou “letra de seu grao”⁸¹;
- 1512 (Outubro, 24) — Tomás de Ávila (*Thomas de Avila*), frade dominicano, estudara Artes, Metafísica e Teologia “*in diversis studiis generalibus*” da Península Ibérica, durante uns quinze anos, bem como no Colégio de San Pablo de Valladolid, durante um septénio, onde ensinara as cátedras de Filosofia Natural e Teologia, durante um biénio. Para além disso, havia pregado a palavra de Deus durante oito anos em diferentes partes do mundo, sobretudo na Ilha da Madeira⁸²;
- 1513 (Agosto, 5 e 6) — João de Santa Cruz (*Joannj de santa cruce*), do Reino de Aragão, bacharel em Decretos, apresentara-se a exame privado em Direito Canónico⁸³;
- 1513 (Novembro, 7) — Mestre Tomás de Leme, Castelhana, apresentara-se a exame em Medicina, no qual “foy por todo aujdo por soficiente e asi foy (...) approuado”⁸⁴;

77. *ACUP*, I, Doc. LXI, p. 47.

78. *ACUP*, I, Doc. LXII, p. 47.

79. *ACUP*, I, Doc. LXIII, p. 48.

80. *ACUP*, I, Doc. LXVII, p. 50.

81. *ACUP*, I, Doc. CCXLVIII, p. 177.

82. *CUP*, XI, Doc. 4437, pp. 165-167. Segundo Artur Moreira de Sá, este personagem pode ser o mesmo Castelhana que, em 1507, aparece na documentação como “doctor Castelhana”, o que poderá significar uma actividade universitária entre nós (veja-se *Ibidem*, p. 167, nota 1).

83. *ACUP*, I, Doc. CCCLXXXVIII, pp. 280-281.

84. *ACUP*, I, Doc. CCCXCVI, pp. 288-289. Segundo Artur Moreira de Sá, é possível que este Tomás de Leme seja o “doctor Castelhana”, já referido, que aparece em 1507, assim como o mesmo Tomás de Ávila, igualmente referido, aparecendo em 1512 (veja-se *CUP*, XI, p. 167, nota 1).

- 1514 (Outubro, 9) — Mestre António, Castelhana, fora aprovado no exame então realizado, no sentido de “aver licenca do fisico mor pera curar”⁸⁵;
- 1514 (Outubro, 18) — referência a um “doctor castilhana” que começara a “ler por pero fernandez”⁸⁶;
- 1518 (Dezembro, 18) — Cristóvão de Alcalá (*Christofori de Alcala*), cónego regrante do Mosteiro de Santa Maria, da diocese de Pamplona, que estudara Artes e Teologia nas Universidades de Sevilha e de Lisboa, durante vários anos, suplica “para alguma pessoa constituída em dignidade eclesiástica, assistida de dois ou três mestres em Teologia, mediante votos jurados e após rigoroso exame, lhe conferir os graus de licenciatura e magistério nesta disciplina, com todos os direitos e privilégios, como se os recebesse naquelas Universidades”, queixando-se que não podia suportar as despesas “que se costumava fazer nelas por ocasião da colação de tais graus”⁸⁷.

Destas catorze referências encontradas no *corpus* documental pertencente à Universidade portuguesa medieval, de imediato se formulam alguns comentários pertinentes. Assim, e primeiramente, não se pode afirmar ter havido um período específico em que se terá verificado uma maior afluência, embora o conjunto dos dados sugira uma forte presença espanhola durante o reinado de D. Manuel I, entre 1495 e 1521, um dos períodos de maior apogeu da história nacional, em que Portugal, e Lisboa em especial, apresentavam-se como uma boa aposta não só cultural mas sobretudo económica⁸⁸. No entanto, isto não significa que não tenha havido outros períodos de uma presença espanhola no ambiente universitário português. Segundo, exceptuando as regiões mais a norte, as Astúrias e a Cantábria, bem como o País Basco e a Catalunha, temos uma média de um representante de cada ponto da actual Espanha. Da Galiza, de Palência, Ávila e Salamanca, Alcalá e Se-

85. *ACUP*, I, Doc. CDL, p. 324.

86. *ACUP*, I, Doc. CDLI, p. 327. Será este Castelhana o já mencionado Tomás de Leme? E será o substituído “pero fernandez” o mesmo personagem de Córdova, também já mencionado?

87. *CUP*, XI, Doc. 4869, pp. 639-640.

88. “Desde a conquista de Ceuta que Lisboa se tornou a varanda oceânica de onde partia a maior parte das caravelas com destino ao mundo ultramarino” (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, [1978], p. 223).

góvia, Valência e Aragão, Sevilha e Córdoba. Uns simplesmente referidos como Castelhanos, todos tendo ido a Portugal devido à sua Universidade. Contudo, não podemos excluir a possibilidade de mais representações de outras regiões espanholas. Com data de 31 de Janeiro de 1512, realizou-se um conselho nas “scolas geraes do studo de lixboa” acerca das “mujtas pessoas strangeiras” chegadas à cidade, especialmente Galegos e Biscainhos, que se inscreviam no “liuro da matricula” do Estudo Geral sob falso pretexto, só para não pagar a dízima das mercadorias que consigo transportavam, com vista ao comércio⁸⁹.

Em terceiro lugar, podemos considerar que os Espanhóis presentes no Estudo de Lisboa durante o período em análise eram essencialmente escolares. De facto, temos dez homens que então estavam a estudar ou que já tinham estudado em Portugal, enquanto que só quatro referências indicam desempenho de tarefas vinculadas à docência no nosso reino. Contudo, não podemos concluir que a grande percentagem dos naturais da actual Espanha tivesse procurado a Universidade portuguesa apenas para a sua formação académica. Para além disso, há referências a estudos em mais de uma universidade, como a de Fernando Nieto, que esteve em Lisboa e em Salamanca; a de Jerónimo Carles, que estudou em Lisboa e em Pisa; de Tomás de Ávila, que circulou por vários Estudos Gerais da Península; e de Cristóvão de Alcalá, que realizou a sua formação entre Sevilha e Lisboa. Por outro lado, há casos em que os escolares quiseram apresentar-se a exame numa disciplina fora das universidades onde realizaram os seus estudos, o que não se revelará estranho se considerarmos o grande número de situações semelhantes que aparece na documentação de diferentes instituições de ensino. O motivo seria, quase sempre, o mesmo que Cristóvão de Alcalá assinalava em 1518, a saber, o elevado custo das despesas para a obtenção de graus como o de doutoramento⁹⁰, considerado pelo candidato tão caro em Sevilha como em Lisboa. Contudo, não quer dizer

89. *ACUP*, I, Doc. CCLXXXII, pp. 200-201. A título de curiosidade, a resolução do problema consistiria em “quando quer que alguu strangeiro vier ao dito studo pera aprender novamente e trouuer alguma mercaderia pera vender pera sua provjsam vira ao conselho abilitar sua pessoa e dara fiança no dicto conselho de aprender todo aquele anno e dada fiança lhe sera dada certidam facta per o bedel e asinada pelo Rector pera lhe ser despachada sua mercaderia”.

90. Por exemplo, como bem refere para os casos de Portugueses a estudar em Salamanca, Antonio García y García, “Escolares de la diócesis de Guarda y Lamego durante la Baja Edad Media (s. XII-XV)”, *Ob. cit.*.

que esse motivo tenha sido o único a condicionar a eleição do Estudo Geral de Lisboa por parte dos estudantes oriundos do reino vizinho.

Quinto, também não terá sido essa a única razão a permitir justificar os poucos casos em que podemos imaginar todo um percurso intelectual num mesmo centro universitário como o de Lisboa, como parece ter acontecido com Afonso de Segóvia ou com Tomás de Leme. Talvez tenha que ver com o facto de a Universidade portuguesa ter pertencido ao grupo das instituições mais baratas da Península⁹¹. Por outro lado, há que considerar os objectivos “profissionais”, digamos assim, de cada estudante ou já graduado. Das referências que o mencionam, ou sugerem, somente quatro Espanhóis pertenciam ao clero, um era seguramente laico e quatro seriam igualmente laicos, condição alvitrada pela sua formação em Medicina. E dos cursos e disciplinas indicados, podemos observar que parece não ter havido uma preferência especial, pois verifica-se três elementos para Teologia, outros três para Artes e Filosofia, três mais para Direito e quatro para Medicina. Da mesma maneira, esta realidade pode estar relacionada com os objectivos “profissionais” dos escolares conhecidos. No entanto, não sabemos se as suas opções intelectuais foram condicionadas pela qualidade ou pelo prestígio de algum dos cursos ou de um professor em especial, em dado ano lectivo.

Por último, também não poderemos descobrir, só pelos dados inventariados, se a presença destes Espanhóis em território português se verificou por muito tempo ou se, pelo contrário, durou apenas, e para a maioria, o tempo dos seus estudos. Pelas referências apresentadas, talvez Francisco de Morales tivesse permanecido mais tempo em Lisboa, onde obteria todos os seus graus, exercendo o seu ofício de médico, uma vez que, conforme se registou, aparece referido num documento de 1524⁹². Também, talvez Tomás de Ávila tivesse ficado um longo período em Portugal, depois de tantas viagens exercendo o seu apostolado, isto se Moreira de Sá tiver razão nas suas impressões relativamente à identidade deste Tomás corresponder à de Tomás de Leme e à do “doctor castilhano”⁹³. Quantos

91. Veja-se, a título de exemplo, Idem, *Ibidem*.

92. Veja-se a nota 76.

93. Conforme referido nas notas 82 e 84.

aos restantes, é bem provável que se tivessem deslocado a Portugal somente para a sua formação universitária ou durante o tempo em que exerceram uma profissão no Estudo Geral de Lisboa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a opinião de José Mattoso, “nem do ponto de vista social, nem do ponto de vista cultural, se pode descortinar qualquer papel de relevo tomado pela Universidade, como instituição de cultura na vida portuguesa e muito menos na vida internacional”⁹⁴. Um fenómeno de intrincada explicação, como acrescenta o historiador, apesar da abundância numérica e de fácil utilização da documentação existente (acrescento eu, abundância mais em Quatrocentos...), mas que exige uma análise muito minuciosa. Seja como for, e tal como vimos, com a sua orientação, as circunstâncias da época não favoreciam o desenvolvimento da instituição universitária, ainda que elas não cheguem, por si só, para responder à questão, pois comparando-a com a maior parte das universidades europeias “que também tiveram de enfrentar a grave crise da época”, esta impressão de inferioridade acentua-se, como refere o medievalista português⁹⁵.

Assim sendo, se os Portugueses saíam do reino, não preferindo ficar e estudar na sua Universidade, sendo mesmo incentivados a emigrar, talvez por os seus cursos não possuírem qualidade suficiente ou por o ensino não oferecer alternativas formativas várias, como se explica, então, a presença no Estudo de Lisboa dos Espanhóis detectados na documentação, seja como escolares, seja afectos a actividades docentes?

Se os efeitos culturais do Estudo Geral de Lisboa-Coimbra foram tão débeis na vida nacional, como considera Mattoso e alguns outros historiadores mais recentes, por certo a citada debilidade congénita e consequente esterilidade no

94. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ob. cit.*, p. 29. Opiniões pouco concordantes com esta, até mesmo opostas, podem ser encontradas em autores de obras menos recentes, de que é exemplo a de Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. II, 3ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1980, pp. 309-314, a ser reforçada posteriormente em *História das Universidades*, p. 61.

95. José Mattoso, “A universidade portuguesa e as universidades europeias”, *Ob. cit.*, p. 29.

campo da produção intelectual não constituíam grande estímulo para os estudantes e mestres estrangeiros, e não só espanhóis. Por outro lado, se também não se verificaram efeitos sociais assinaláveis passíveis de verosimilhança, haverá que procurar talvez alguma justificação em outro tipo de questões que possam ajudar a, pelo menos, entender tal presença.

Em finais do século XV e princípios do XVI, a capital do reino português, que vivia então um período de grande desenvolvimento económico, patenteava-se como um bom investimento no mercado de trabalho da época, constituindo um atractivo centro de acção para aqueles que procuravam emprego, como seriam os especialistas do ensino⁹⁶. Talvez movidos por oportunidades mais exequíveis para o exercício do seu mister, encontrámos, embora numericamente muito reduzidos, os referidos graduados franceses, alemães, flamengo e italianos, profissionalmente vinculados ao ensino português em geral e ao Estudo Geral de Lisboa em particular.

Por sua vez, porém, creio que a explicação de uma presença espanhola não terá subjacente apenas esse contexto económico. Estando Lisboa a crescer materialmente e a Universidade a melhorar as suas condições de existência, seriam sobretudo os mestres os principais interessados. Com isso, só estaria argumentada a presença de quatro dos Espanhóis documentados. E os restantes, a maioria, como fundamentar a sua eleição por Portugal? Para além do mais, eles não teriam feito essa opção somente por Lisboa estar mais perto das suas cidades, evitando, com isso, as despesas e os incómodos resultantes das viagens para pontos tão longínquos, onde se situavam as universidades mais prestigiadas. Se essa tivesse sido a única ou a principal razão, como justificar a presença de Frei Jerónimo Carles, de Valência, ou a de João de Santa Cruz, de Aragão, geograficamente tão distantes da nossa capital? Mas também não escolheram Portugal só porque o ensino aqui se tornava mais barato. Ainda que os cursos pudessem sair mais em conta, como terá de facto acontecido, seguramente que a deslocação acabaria por não compensar

96. Com efeito, e como seria de esperar, no século XVI verificou-se um significativo alargamento do quadro social dos Estrangeiros que estavam de passagem ou que tencionavam fixar-se em Portugal, propiciado não só pela criação ou aparecimento de novas e variadas actividades profissionais, onde se insere a vinda desses mestres estrangeiros, como também e, “enfim, pelo comércio ultramarino que fez de Lisboa, no dizer expressivo de Camões, “a cidade das muitas e desvairadas gentes”” (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. III, p. 275).

essa vantagem inicial. Se esse tivesse sido o único motivo, como basear a presença de Fernando Nieto, da diocese de Palência, ou a de Frei Afonso de Segóvia, quando Salamanca estava mais próxima do que Lisboa?

Já se nos detivermos no plano político coevo, passadas como estavam, as contendas diplomáticas e militares que haviam caracterizado alguns períodos de Quatrocentos⁹⁷, conseguiremos discernir alguma elucidação não só para uma presença espanhola, como também para a sua diferença numérica, algo significativa, relativamente à presença de elementos das restantes nacionalidades representadas na documentação. Para tanto, teremos de recordar as intenções imperialistas de D. Manuel I, plasmadas nos seus sucessivos casamentos com as três herdeiras dos Reis Católicos, reflexo de uma política externa claramente castelhano-aragonesa, subordinadas ao “sonho”, projectado já pelo monarca antecessor, D. João II, de união dos reinos ibéricos sob uma mesma coroa, a portuguesa⁹⁸. Independentemente do êxito do seu propósito, ele haveria de contribuir, entre outros factores, para um incremento das relações entre ambas as potências peninsulares. Uma das consequências reflectir-se-ia certamente no âmbito universitário, com a afluência de estudantes e professores a Lisboa.

Para terminar, no sentido de tentar responder de modo satisfatório a todo este conjunto de ilações, haverá que ter em conta ainda a generalidade dos efectivos espanhóis em outras universidades fora da actual Espanha, conhecer as suas características e respectiva evolução, confrontando-se depois os resultados, de forma a tornar perceptível um presumível destaque de Portugal enquanto destino dos intelectuais emigrados do antigo reino vizinho.

97. Embora os trabalhos de Humberto Baquero Moreno, Luís Adão da Fonseca, José Marques e, mais recentemente, Luís Filipe Themudo Barata constituam referências incontornáveis para o tema das relações peninsulares no período em apreço, o leitor menos familiarizado com a sua história e mais interessado numa visão de conjunto poderá consultar, numa fase inicial, os vários volumes, já aqui várias vezes citados, que abarcam a cronologia medieval, da obra *Nova História de Portugal*, vols. III a V, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987 a 1998, onde encontrará ainda muitas pistas bibliográficas. No quadro historiográfico espanhol, ressalta de imediato o nome de Luis Suárez Fernández e os seus numerosos estudos dedicados às relações entre Portugal e Castela.

98. Da proposta na nota anterior, veja-se mais especificamente João José Alves Dias (Coord.), *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica. Nova História de Portugal*, Vol. V, 1998, pp. 701-724. E, ainda, Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. III, pp. 11-27.

A ideia deste pequeno estudo não consistiu tanto em contribuir para um conhecimento qualitativo dos seus protagonistas, pois desde o princípio se inferiu o pouco que se poderia conseguir esclarecer. Porém, poderia, isso sim, através de uma apresentação conjuntural, consentir reconhecer melhor um determinado grupo dentro dos principais personagens de uma realidade passada mas pouco divulgada, como é o fenómeno da imigração cultural ocorrida em Portugal desde, pelo menos, a época medieval. Mais difícil, embora dentro dos objectivos traçados, seria tentar justificar as opções dos protagonistas desta comunicação, alguns dos Espanhóis que escolheram a Universidade portuguesa para a sua formação académica ou para o desempenho de actividades docentes, com carácter profissional. Finalizada a tarefa, fica a confirmação de que, para alcançar essa meta, será fundamental uma investigação de equipa entre os historiadores ibéricos cujo ponto de partida poderá constituir, espero, este trabalho.